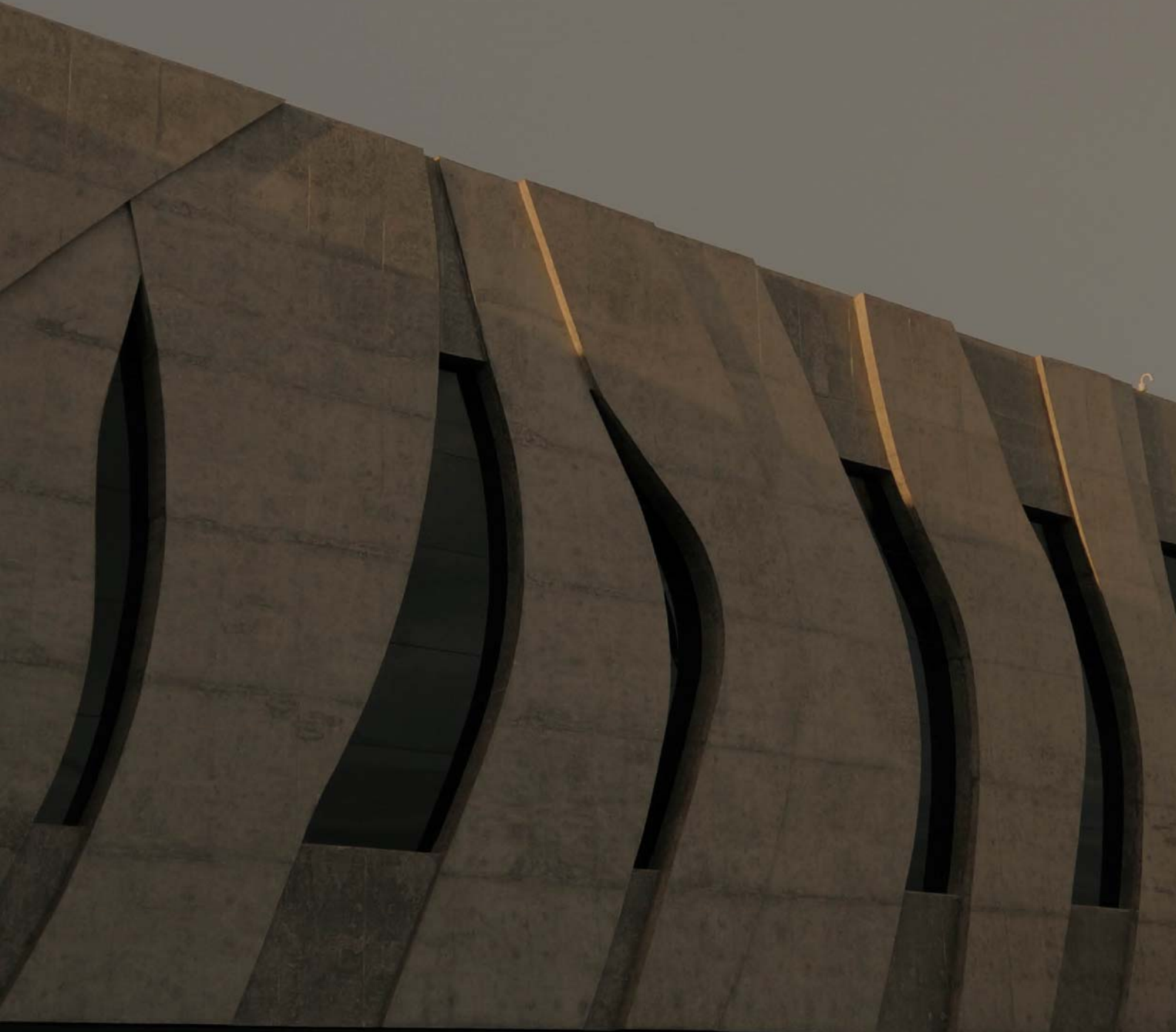
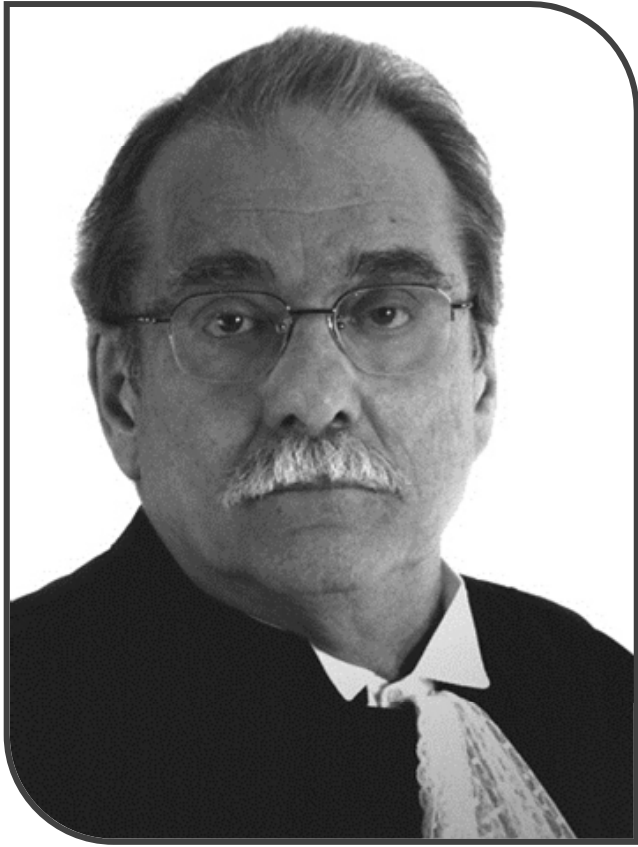


H O M E N A G E N S



Ministro Franciulli Netto



Ministro
Franciulli Netto

Homenagens

1. Aposentadoria
2. Homenagens póstumas

*Superior Tribunal de Justiça*ATA DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL

Ata da 19a. Sessão Ordinária

Em 16 de novembro de 2005

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL
SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA : EXMA. SRA. DRA. CLÁUDIA SAMPAIO
MARQUES

SECRETÁRIA : Bela. VANIA MARIA SOARES ROCHA

Às 9 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, NILSON NAVES, BARROS MONTEIRO, FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, CESAR ASFOR ROCHA, ARI PARGENDLER, JOSÉ DELGADO, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, FERNANDO GONÇALVES, CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, FELIX FISCHER, ELIANA CALMON, PAULO GALLOTTI, FRANCISCO FALCÃO, LAURITA VAZ, LUIZ FUX e JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, foi aberta a sessão.

Às 12 horas, foi suspensa a sessão, nos termos do disposto no art.150, parágrafo único do RISTJ, determinando-se o seu prosseguimento para o mesmo dia, às 14 horas. intimados os presentes, na sala de sessões da CORTE ESPECIAL.

Às 14 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros NILSON NAVES, BARROS MONTEIRO, FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, HUMBERTO GOMES DE BARROS, CESAR ASFOR ROCHA, ARI PARGENDLER, JOSÉ DELGADO, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, FERNANDO GONÇALVES, CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, FELIX FISCHER, GILSON DIPP, ELIANA CALMON, PAULO GALLOTTI, FRANCISCO FALCÃO, LAURITA VAZ, LUIZ FUX e JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, foi reaberta a sessão .

Ausentes, justificadamente, os Exmos. Srs. Ministros SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA e HAMILTON CARVALHIDO e, ocasionalmente, os Exmos. Srs. Ministros ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, NILSON NAVES, HUMBERTO GOMES DE BARROS, CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO e GILSON DIPP.

Assumiu a presidência, numa parte da sessão, o Exmo. Sr. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

PALAVRAS

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, tendo em vista o pedido de aposentadoria do Sr. Ministro Franciulli Netto, a Presidência dá as boas-vindas ao Sr. Ministro João Otávio de Noronha, que já participou dos nossos trabalhos na condição de suplente convocado. A partir desta sessão, S. Exa. passa a integrar a Corte Especial como membro efetivo.

O Sr. Ministro João Otávio de Noronha, não obstante ser um dos mais modernos, possui grande prática na judicatura, haja vista a sua experiência como advogado



no setor público, onde lidava diretamente com o Poder Judiciário. Deste Superior Tribunal, da Turma e da Seção que integra, S. Exa. traz sua experiência para a Corte Especial.

O SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA: Sr. Presidente, agradeço as boas-vindas e espero corresponder às expectativas desta Corte Especial.

A SRA. DRA. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES (SUBPROCURADORA): Sr. Presidente, o Ministério Público associa-se à manifestação de V. Exa., dando as boas-vindas ao Sr. Ministro João Otávio de Noronha, parabenizando-o e desejando a S. Exa. muito sucesso.

COMUNICAÇÃO

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Colegas, distribuí aos Senhores uma pasta com dados a respeito do que temos obtido, em favor da jurisdição, com a nossa decisão de realizar as sessões em dois turnos, até que tenhamos equilibrado a pauta dos trabalhos e dos feitos em mesa.

Temos os dados relativos às sessões com início às 14 horas e os daquelas com início às 9 horas, prolongando-se pelo turno vespertino. O gráfico mostra, a toda a evidência, que, em alguns casos, mais que dobramos a produtividade; não obstante, ainda temos muitos feitos para julgamento, em especial embargos de divergência e agravos.

Resumindo: entre abril de 2002 e outubro de 2003, foram julgados 695 processos na Corte Especial; entre abril de 2004 e outubro de 2005, passamos para 1.006 processos, o que representa um acréscimo de 44,74%. Entre abril de 2002 e outubro de 2003, tivemos 34 sessões ordinárias e 16 extraordinárias. Entre abril de 2004 e outubro de 2005, tivemos 35 sessões ordinárias, 26 continuações, às 14 horas, e três sessões extraordinárias. Ainda restam pendentes para julgamento 37 processos em pauta, 25 com pedido de vista, dois sobrestados e mais de oitenta em mesa.

Apresento esses dados para pedir a compreensão de alguns colegas que desejam ver encerrado esse sistema de reunir a Corte também no horário matutino. Evidentemente, constitui um esforço pessoal muito grande de V. Exas., trabalhar em dois turnos mas, se não adotássemos essa solução, estaríamos com um acúmulo de processos muito maior, porque, como sabemos, chegamos a ter agravo regimental há mais de dois anos esperando julgamento.

Peço, portanto, apoio a V. Exas. e um pouco mais de compreensão para que possamos continuar empreendendo esse sistema pelo menos até o fim da minha

Luiz

gestão, que já se avizinha, pois logo teremos o Natal, seguindo o recesso forense e o Carnaval, e, depois, a minha Presidência terminará. Espero concluir o mandato com o mínimo de feitos acumulados na Corte Especial, quando, então, a Comissão de Regimento, certamente, examinará a questão de modo a encontrar uma solução definitiva. Embora o Regimento Interno estabeleça que as sessões devem iniciar-se às 14 horas, o mesmo Regimento estabelece a possibilidade de convocação extraordinária, quando for o caso; o que tem havido é a continuidade das sessões, que se iniciam às 9 horas da manhã e se prolongam, retomando-se os trabalhos às 14 horas.

Quanto a se imaginar que a Corte Especial se reúne com **quorum** mínimo, porque os membros efetivos não têm condições de comparecer em razão de maiores compromissos nos seus gabinetes também não é problema, pois podemos, como o temos feito – desde que o Ministro informe, com antecedência, a impossibilidade da sua presença –, convocar o suplente para que se possa formar o **quorum**. Mesmo quando as sessões se realizam com **quorum** mínimo, julgamos as questões. Na verdade, a jurisdição da Corte Especial está prevista no Regimento Interno, então, não há esse entendimento equivocado de que nos reunimos em "sub Corte", porque estaríamos julgando subprocessos; ora, tudo é processo: agravo é processo, embargos de divergência em recurso especial é processo. O importante é que desafoguemos a pauta para que as pessoas que vêm obtendo êxito em questões no Judiciário não incidam naquele circuito do "ganha, mas não leva", uma vez que a outra parte recorre, e o recurso não é examinado a tempo.

Contando, mais uma vez, com a compreensão dos eminentes Colegas, peço que façam uma reflexão a respeito desses números, que são extremamente positivos. Na verdade, com esse sacrifício que temos feito, só têm a ganhar o povo brasileiro, o jurisdicionado e o Superior Tribunal de Justiça, que vem crescendo em prestígio e em respeito perante a sociedade.

Muito obrigado.

PALAVRAS

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, participa pela última vez dos julgamentos deste Colegiado o Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca. Conforme a praxe, não se trata de despedida, mas de uma homenagem muito justa e merecida que a Corte Especial presta, traduzindo o seu estado de espírito por meio das palavras da eminente Ministra Eliana Calmon. Estão presentes o Dr. José Arnaldo da Fonseca Filho e a Dra. Kátia Maria, filhos do Sr. Ministro homenageado.

du

Superior Tribunal de Justiça

Em seguida, pelas palavras do Sr. Ministro Barros Monteiro, registraremos a aposentadoria, nesta data, do Sr. Ministro Franciulli Netto.

Com a palavra a Sra. Ministra Eliana Calmon.

A SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: Talvez seja eu, dentre todos os Ministros desta Corte, a mais autorizada para falar na despedida do Ministro José Arnaldo da Fonseca.

Legítima-me para isso a razão e a sensibilidade.

Com a razão, volto a 1976, quando Procuradora da República do Distrito Federal, conheci o chefe da Procuradoria, Dr. José Arnaldo da Fonseca. Temido pelos réus, admirado pelos magistrados e amado pelos colegas, destacava-se por um traço invulgar no seu procedimento funcional: não tangenciava, não cedia, não tinha nenhuma aptidão para o famoso "jeitinho brasileiro". Silenciosamente, construía - como membro do Ministério Público, Instituição que o marcou na alma e no coração -, a sua trajetória, alumiada pelas candeias alimentadas de trabalho e fé no que fazia, pela certeza de que era capaz de construir um mundo melhor. Pela altivez de dizer sim ou não, independente do interlocutor, mesmo ao Procurador-Geral da República, à época, emissário fiel do Planalto.

Os tempos eram difíceis - Estávamos em pleno governo militar, o Procurador-Geral da República era indicado livremente pelo Presidente da República, mas o Procurador José Arnaldo da Fonseca atravessou toda essa fase tal e qual é hoje: sério, rígido, institucional. E assim, sem concessões, em 1996, chegou a este Superior Tribunal de Justiça, como representante do Ministério Público.

Nesta Casa, ainda pela razão, como juíza federal, carreira que abracei depois de deixar o Ministério Público Federal, fiquei atenta à atuação do Magistrado José Arnaldo da Fonseca. E pelo só acompanhamento pelo Diário Oficial, tive a certeza de que o Ministro continuava tal e qual vinte anos antes: ferrenho defensor da moralidade pública, exigente cidadão e intransigente julgador. Deixa o Ministro José Arnaldo, nesta Casa, a sua marca inconfundível: a seriedade no trato da coisa pública, a competência e a altivez, acompanhadas de uma dinâmica difícil de ser seguida por seus Pares. Quando já estava em regime de preparação para a aposentadoria, dirigiu-se à Corte para dizer que, independentemente das tarefas de Coordenador da Justiça Federal, regimentalmente dispensado de julgar na Turma e na Seção, não redistribuiria os seus processos.

A razão leva-me a dizer, Ministro, que V. Exa. é exemplo a ser seguido, é patrimônio institucional desta Corte, marca que não será esmaecida quando não mais estiver no exercício da judicatura.

Mas não quero falar apenas do Ministro José Arnaldo. A minha condição

Lu

de mulher, ciosa dos detalhes, escrupulosa e perfeccionista observadora, deixa claro que, ao lado da razão, a sensibilidade tem de ser contada quando se está a despedir, não apenas de um ministro, ou de mais um ministro que se vai, tangido pelo tempo, este tempo que nos faz muito bem e, em contrapartida, nos traz muitos males.

Em nome da sensibilidade, abduquei da minha posição firme quanto à necessidade da aposentadoria dos magistrados aos 70 anos, para agarrar-me à idéia de manter o meu Colega e amigo José Arnaldo na Corte por mais cinco anos - pela certeza que tenho da falta institucional que a sua figura fará para o Tribunal.

As costuras políticas trabalhadas com dignidade, a doçura no trato com os humildes, partindo do duríssimo julgador, a terna recepção aos candidatos que chegam a esta Casa, buscando a chance de participar de uma escolha. Enfim, são esses momentos que aqui vivenciei e que me levam a voltar a 1998, quando, como candidata a uma vaga no STJ, bati às portas do velho colega do Ministério Público e recebi a calorosa recepção de quem abraçava a causa da mulher na primeira hora. Disse-me José Arnaldo: Já é tempo de termos uma mulher nesta Corte. E que seja uma mulher com o perfil de julgadora dura e disciplinada. Conte com o meu apoio.

Hoje, quando estou a falar em nome da Corte, cheia de razão e sensibilidade, quero dizer que só me ocorreu, ao término desta minha fala, lamentar como Lamartine: "oh tempo, parai vosso curso, bastante infelizes vos imploram, correi, correi para eles, esquecei os felizes."

Como seria bom se o tempo atendesse a esse lamento.

O SR. MINISTRO BARROS MONTEIRO: Sr. Presidente, Ministro Edson Vidigal, Senhores Ministros, ilustre Dra. Subprocuradora-Geral da República, Srs. Advogados, Servidores.

Como sabemos, o Sr. Ministro Domingos Franciulli Netto completa hoje setenta anos e nessa condição está a afastar-se do nosso convívio diário. S. Exa., o Sr. Ministro Domingos Franciulli Netto, é Juiz de carreira; ingressou na Magistratura paulista em 1967, na Seção Judiciária de Marília, e teve como sua primeira Comarca a de Auriflamma, em 1968, a cuja solenidade, na qualidade de Colega de S. Exa., tive honra de comparecer. Juiz culto, dedicado, assíduo e pontual, deixou a marca de um trabalhador incansável, a despeito dos problemas de saúde.

Sempre preocupado com os problemas institucionais, sobretudo os da Magistratura, não se limitou S. Exa. às atividades de julgador, pois foi orador do Centro Acadêmico Vinte dois de Agosto, Professor de Direito Civil e Direito Processual Civil, escreveu livros, artigos em jornais e proferiu inúmeras conferências.

Am

Superior Tribunal de Justiça

Nesta Casa, particularmente, teve uma atuação ativa, brilhante, podendo-se dizer, exemplar. Sua Exa. deixará um vazio muito grande e também muita saudade.

Há poucos dias, a Sra. Ministra Eliana Calmon, sua companheira de assento na egrégia Segunda Turma, dizia que o Sr. Ministro Domingos Franciulli Netto fará muita falta a esta Corte; penso que assim realmente o será.

Sr. Presidente, nessas simples e singelas palavras, requeiro, ouvidos os eminentes pares, que se registre em ata não a homenagem devida a S. Exa., por que essa ser-lhe-á prestada oportunamente por esta Casa, como está no nosso Regimento, mas essa manifestação de cordialidade e, sobretudo, de solidariedade.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, as palavras do eminente Ministro Barros Monteiro traduzem o sentimento de toda a Corte ao ensejo do afastamento, pela compulsória, do Sr. Ministro Domingos Franciulli Netto.

A SRA. DRA. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES (SUBPROCURADORA): Sr. Presidente, Srs. Ministros, não tinha conhecimento desta homenagem e não preparei palavras à altura dos homenageados, mas não poderia deixar passar este momento sem trazer a homenagem do Ministério Público aos Srs. Ministros Franciulli Netto e José Arnaldo da Fonseca.

Faço esta homenagem com indisfarçável tristeza. Este Tribunal perde da sua composição duas personalidades das mais admiráveis pela cultura, pela seriedade com que sempre exerceram a judicatura e pela nobreza de caráter. É sem dúvida uma perda inestimável.

O Sr. Ministro Franciulli Netto tive a oportunidade de conhecer nesta Corte quando fui promovida a Subprocuradora, e a quem, desde então, aprendi a respeitar e admirar.

Com o Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca tive a honra de conviver como membro do Ministério Público e quando assumi nesta Casa, onde pude reafirmar o grande profissional que é, um juiz honrado, nobre, correto, culto, com todos os atributos que se pode exigir de um magistrado.

Gostaria de parabenizar S. Exas. e de estender esta homenagem que o Ministério Público faz aos seus familiares - os familiares do Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca se fazem aqui presentes e são pessoas de quem gostamos muito.

Desejo ao Sr. Ministro Franciulli Netto e ao Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca que a continuidade das suas trajetórias nesta nova fase de suas vidas seja cheia de



luz e gloriosa e que, ao lado dos seus familiares, continuem suas vidas de forma muito feliz. Muito sucesso.

O SR. DR. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA FILHO (ADVOGADO): Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. Ministras, Sra. Subprocuradora-Geral da República, Srs. Advogados, Sras. Advogadas, servidores do Gabinete do Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca, senhoras e senhores.

Não pretendia fazer essa intervenção nem falar em nome dos advogados, mas o faço com muita honra, com muito prazer, para também homenagear o Sr. Ministro Franciulli Netto, que, sem sombra de dúvida, é um excelente Magistrado que muito nos ensinou nesta Casa e que, infelizmente, nos deixa em virtude da aposentadoria compulsória. Tive oportunidade de conviver com S. Exa. e de discutir alguns temas quando fui Procurador da Fazenda Nacional.

Do Sr. Ministro Franciulli Netto não há que se falar nada de ruim. Sempre muito técnico, perfeccionista nas questões jurídicas, das mais simples às mais complexas, qualidades essas que sempre o pautaram na condução dos seus julgados; cioso do seu dever, da sua obrigação e altamente produtivo, como são todos os Senhores Ministros desta Casa. A S. Exa. rendo homenagem em nome de todos os Colegas.

Inverti a ordem para falar por último do Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca, que conheço muito bem, desde que nasci, e a quem tenho o privilégio de chamar de pai. Senhor de uma sabedoria, inteligência e cultura invejáveis, sempre ciente do seu dever, da responsabilidade de ser honesto em um País tão complicado como é o nosso, sempre se pautou pela dignidade, pelo esforço, pelo aprendizado e pela conduta proba, saudável e honesta.

Perde hoje esta egrégia Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça grande magistrado, mas, certamente, o mundo jurídico não perderá um dos seus melhores membros. Com certeza, S. Exa. continuará combativo, lúcido, capaz e tremendamente trabalhador, buscando a justiça do homem para o homem, para o cidadão simples que sempre bateu à sua porta, desde à época em que era Procurador da República até quando Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Foi por ele recebido tanto o advogado pobre, que vem do Norte e do Nordeste do País, quanto o mais nobre e mais abastado Colega dos maiores escritórios de Advocacia.

A S. Exa. presto uma grande homenagem como advogado, filho e ex-servidor público. Peço a Deus que o ilumine, pai, que o proteja e o abençoe no caminho que escolher a seguir.



Estaremos sempre a seu lado, aconteça o que acontecer.
Muito obrigado!

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Concedo a palavra ao eminente Ministro José Arnaldo da Fonseca.

O SR. MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA: Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sra. Subprocuradora-Geral da República, Srs. Advogados, senhoras e senhores.

Hoje é uma tarde anódina.

O último processo que julguei, criminal, foi penoso para todos nós, porque se trata de imputação a magistrados da prática de crimes no exercício da função.

Agora, a surpresa de ver um filho prestar-me essa homenagem, duplamente satisfatória, mas suspeita.

Fiz breves anotações que gostaria de deixar registradas.

"Sr. Presidente, Senhores Ministros, Sra. Subprocuradora-Geral da República, ilustre Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, senhores servidores públicos, nobre assistência.

Essa parte da sessão deve ter para mim um duplo sentido: primeiro, o de prestação de contas do exercício da minha judicatura, de forma breve e numérica; o outro, de um afetivo aceno de quem sai de cena; sai daqui.

De 27 de junho de 1996 até hoje, julguei, como relator em sessão, 23.251 processos e, solitariamente, 25.813 processos, num total de 49.064 processos. Restam no Gabinete para serem julgados perto de cento e cinqüenta processos. Isso porque ou aguardam parecer ministerial, não houve inclusão em pauta ou, sendo inquérito ou ação penal, não se ultimaram em razão da tramitação sabida e legalmente morosa.

Enfim, deixo para redistribuição cerca de cento e cinqüenta recursos especiais. Só. Pouco mais, ou pouco menos.

Jamais atingiríamos esses resultados sem a efetiva, eficaz e indispensável cooperação dos servidores que integram o Gabinete. De todos. Do mais modesto ao de maior posicionamento na escala hierárquica. Foi com esse quadro de dedicados auxiliares que o Gabinete recebeu, no ano passado, o Certificado ISO de qualidade e, agora, em novembro, um ano depois, viu nova confirmação, ressaltando o índice de 98% de aprovação pelo público usuário dos serviços do Gabinete.

Ar

Superior Tribunal de Justiça

Não faria justiça, Sr. Presidente, Senhores Ministros, se não trouxesse a público e a registro os nomes daqueles que diretamente colaboraram comigo. Dra. Maria de Fátima Dantas Cavalcante, chefe de gabinete, há 21 anos me auxilia. Os assessores, Dra. Ana Maria de Farias Teixeira Bueno, há 16 anos; Dra. Cláudia Lessa, há 9 anos; Dra. Ana Paula Babosa Correia de Araújo, igualmente há 9 anos, e Drs. Marcos José Tavares de Oliveira, Gustavo Scatolino Silva e Teresa Cristina Amorim Péres, mais modernos. Dr. Alexandre Domingos de Affonso Fabre, oficial de gabinete e Dra. Rose Pereira Neiva, supervisora.

A todos e também aos aqui não-nominados os meus sinceros agradecimentos e esse público reconhecimento, porquanto sempre se houveram sob o timbre da lealdade, da honestidade e de muita dedicação ao trabalho.

Sr. Presidente, Senhores Ministros, nobres representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, não cheguei aqui em 27 de junho de 1996, quando tomei posse. Nessa data é que nos tornamos Colegas; antes, em setembro de 1984, já atuava na qualidade de Subprocurador-Geral perante a Segunda Turma, de Direito Público, do extinto Tribunal Federal de Recursos. Com a instalação do Superior Tribunal de Justiça, em 1989, passei a representar o Ministério Público junto à Primeira Seção e, depois, perante a Corte Especial. São 21 anos de convivência, renovando-se a cada ingresso de novo magistrado.

A partir de 1996, tornamo-nos Colegas; com tempo e recíprocas afinidades, estruturaram-se os vínculos e formaram-se vários amigos e, mais adiante, alguns irmãos. Com a desinvestidura do cargo, cessa a condição de Colega; a de amigo e de irmão, creio, permanecerá. São 21 anos de vivência, e viver, todos sabemos, é testemunhar. Nesta hora, quero pôr em relevo na convivência do cotidiano o tratamento fidalgo com que sempre fui distinguido por V. Exas. e, as mais das vezes, com o toque hilariante e alegre para dar uma quebra na aridez de julgar.

Registro o quanto aprendi neste Tribunal, o quanto não só me fez sonhar com uma Justiça expedita e eficaz, mas, também, vê-la aqui realizada mesmo com essa massa invencível de processos. Homens de saber, sensíveis, de límpida consciência das suas relevantes funções, dos encargos constitucionais de intérpretes e uniformizadores da aplicação da legislação federal, a tudo temperando com humanismo em casos concretos de largo alcance social, daí a alcunha, Tribunal da Cidadania.

Senhores Ministros, tive a grande ventura e a excelsa honra de haver militado ao lado de V. Exas. Agora, para mim, fecha-se um ciclo, mas graças a Deus, com muita saúde e disposição; não é um fim de viagem, é um porto de escala como foi o do



Ministério Público por 23 anos e o da Advocacia.

Iniciei na Advocacia, passei, a seguir, a integrar o Ministério Público Federal e, muito adiante, ingressei na Magistratura; e, brevemente, em giro de circunvolução da vida, retorno à Advocacia com mais experiência e com a visão panorâmica da administração da Justiça.

Agradeço as considerações elogiosas e gratas da Sra. Ministra Eliana Calmon, em nome da Corte Especial, Colega por duas vezes, no Ministério Público Federal e no Superior Tribunal de Justiça. São palavras de amiga de mais de vinte anos.

Por igual, agradeço as lisonjeiras referências do *Parquet* Federal, aqui, na pessoa da ilustre Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Cumprimento, agradecido, o ilustre representante da Ordem dos Advogados do Brasil pelo registro acentuado da minha atuação na Magistratura e, sendo filho, é suspeito em trazer essas considerações elogiosas.

Por fim, quero render homenagem a todos os servidores desta Casa, competentes e abnegados, do mais humilde ao mais graduado, pelo seu desempenho a possibilitar a realização das tarefas do cargo.

Encerro, parafraseando Rui Barbosa:

"Deus guarde o Superior Tribunal de Justiça."

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, cabem à Presidência as palavras finais nesta justa homenagem que a Corte presta aos Srs. Ministros Domingos Franciulli Netto e ao Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca, aqui presente.

Vem-me à mente a certeza de que todos nós, Ministros, filhos de Deus, dentre eles, podemos nos considerar os mais abençoados, os mais iluminados, porque, em um País de cento e oitenta e cinco milhões, só trinta e três têm assento neste Superior Tribunal de Justiça para o dever de realizar o que há de mais divino na missão humana, que é julgar os seus semelhantes.

Particularmente, considero-me muito feliz quando, sem querer, errando, o meu erro resulta em acerto. Foi o caso com o Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca. Quando S. Exa. concorria à titularidade da Procuradoria-Geral da República, e eu não sabia que era o então Procurador José Arnaldo da Fonseca, na Universidade de Brasília nós nos unimos em torno do nome do professor Geraldo Brindeiro. Naquele momento, o Poder Judiciário estava sendo alvo de muitos ataques. Sob o comando do Senador Antônio Carlos Magalhães, estava-se a propor uma CPI do Judiciário. Então, eu – como todos sabem, ninguém ignora,

shu

tenho os meus canais na ação política, porque sou oriundo, também, do Congresso Nacional – postulei a indicação e, quando fui depositar um voto a favor do professor Geraldo Brindeiro, recebi a informação de que já havia um Procurador que estava nomeado. O então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, disse: "Um procurador já está nomeado", porque é um amigo do Dr. Antônio Carlos Magalhães. Bastou essa informação para o Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca não ser nomeado, porque, naquele momento, quando circulou essa notícia, naquelas paixões, que eram muito naturais, reações existiam contra o Poder Judiciário, naquele movimento todo. O Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro era o Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Então, fortaleceu-se a candidatura do Dr. Geraldo Brindeiro; o Presidente Fernando Henrique Cardoso ficou encantadíssimo quando viu o currículo do Dr. Geraldo Brindeiro, nosso candidato, na UNB, a Procurador-Geral da República. Toda a ação se direcionou para o que vimos.

Quando digo que, até quando eu equivocadamente ajo, estou acertando, é porque foi graças ao fato de o Sr. Ministro José Arnaldo não ter sido nomeado Procurador Geral naquele momento que ele pôde ser acolhido, de pronto, no Superior Tribunal de Justiça, inclusive com o apoio de todos aqueles que, sem querer, haviam trabalhado contra o seu nome na área política. Isso é só um fato, conhecido apenas por mim e pelo Ministro José Arnaldo, o qual, ao ficar sabendo de tudo, me disse: "Vidigal, eu te devo muito."

Todos esses fatos foram muito importantes, não só porque possibilitaram ao Tribunal ser enriquecido com a experiência que o Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca trouxe do Ministério Público, mas também pelo espírito público e pelo humanismo de S. Exa., com a sua capacidade de compreensão dos fatos sociais, pois, sob essa ótica, também deve ser analisado o Poder Judiciário. Além disso, fomos conhecendo, a cada dia, que se trata de um grande companheiro, e o Poder Judiciário, hoje, perde com a saída de S. Exa. pela compulsória.

Tentei, junto ao Congresso Nacional, nas últimas horas, ampliar o limite de aposentadoria dos Ministros, todavia a emenda não foi aprovada na Câmara dos Deputados, porque, embora, já houvesse sido aprovada no Senado Federal, não o fora a tempo. Fui até acusado de fazer *lobby* na imprensa; *lobby* é expressão pejorativa.

Invoco Winston Churchill quando, em plena crise, a Inglaterra totalmente desarmada e sem recursos, sendo, a cada dia, mais acuada pelo nazi-fascismo. Winston Churchill chegou a desafiar a Câmara dos Lordes, contudo foi muito oportuno quando disse que, na vida, tudo passa, passam os governos, passam os partidos, mas o que passa não é capaz de mudar o que é imutável, que são os valores, que são os princípios.

Então, sabemos que, na Corte Especial, no Superior Tribunal de Justiça,

Luiz

está passando mais um Ministro. O Superior Tribunal de Justiça, como maior Corte infraconstitucional do País, não mudará os seus princípios. V. Exa., que contribuiu na operação do Direito para manter alicerçados esses princípios, muito ainda terá a dar e tudo fará para que os princípios republicanos sejam cada vez mais fortalecidos.

Outra grande lembrança que me vem, neste momento, é a do nosso inestimável Dom Quixote de La Mancha, um dos meus ídolos, que diz: "Não há derrota quando, mesmo perdendo as batalhas, não se perde a honra." Todos nós temos lutado para que a honra do povo brasileiro, na integridade dos seus direitos, não seja postergada, pois todos nós, para defendermos esses direitos, temos que nos manter como pessoas honradas.

A vida do Sr. Ministro José Arnaldo da Fonseca tem sido também um pouco dessa afirmação quixotesca: ganhando aqui, perdendo acolá, não caindo em lugar nenhum. Tombando e se levantando, mas se mantendo sempre íntegro na sua honra, o que faz com que todos sejamos seus eternos admiradores.

Assim, a Presidência associa-se às manifestações da Sra. Ministra Eliana Calmon, do Sr. Ministro Barros Monteiro, da representante do Ministério Público, Dra. Cláudia Sampaio Marques, e do ilustre representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Muito obrigado!

~~JULGAMENTOS~~

~~AgRg na SINDICÂNCIA Nº 47/RJ (2005/0082166-0)~~

~~MATÉRIA CRIMINAL~~

~~RELATOR : MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA~~

~~AGRAVANTE : BELINE JOSÉ SALLES RAMOS~~

~~AGRAVADO : JUSTIÇA PÚBLICA~~

~~A Corte Especial, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.~~

~~AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 161/RN (2005/0126738-7)~~

~~RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ~~

~~AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL~~

~~AGRAVADO : AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL~~

~~PROCURADOR : CLÁUDIO GIRARDI E OUTROS~~

~~REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO~~

~~INTERES. : COSERN COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE~~

~~INTERES. : PROCON PROGRAMA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE~~

~~Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Barros Monteiro,~~

du

**ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 23 DE NOVEMBRO DE 2005**

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA : EXMO. SR. DR. WALLACE DE OLIVEIRA
BASTOS
SECRETÁRIA : Bela. ZILDA CAROLINA VÉRAS RIBEIRO DE SOUZA

Às 14:00 horas, presentes os Exmos(as). Srs(as). Ministros(as) FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, JOSÉ DELGADO, ELIANA CALMON, LUIZ FUX, JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TEORI ALBINO ZAVASCKI, CASTRO MEIRA e DENISE ARRUDA, foi aberta a sessão. Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

P A L A V R A S

SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO (PRESIDENTE): Srs. Ministros, registro, com grande pesar, o falecimento do Sr. Ministro Franciulli Netto e, para prestar as homenagens pela Seção, concedo a palavra ao nosso decano, eminente Ministro Francisco Peçanha Martins.

SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Advogados, Funcionários, hoje é um dia de tristeza para todos nós, que convivemos durante cerca de nove anos com o Sr. Ministro Franciulli Netto, particularmente para mim, tal o grau de afinidade que tivemos na Segunda Turma e nesta Seção. Franciulli Netto foi uma vocação de magistrado e, como magistrado, criou exemplo de conduta serena, firme, reta, sempre buscando a Justiça. E não poderia ser de outra forma, tal sua formação cristã, sempre voltada à realização da verdade, verdade que para S. Exa. Se afigurava sob a presença de Deus. E é com Ele, em seu regaço, que, hoje, por certo, se encontrará sua alma.

SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Ontem, estivemos todos devolvendo à terra o seu corpo, mas a alma, por certo, estará nos enxergando de cima, na convivência com os melhores, pois S. Exa. sempre se pautou dentro dos ensinamentos mais rígidos da religião cristã. Dentre nós haveremos de sentir saudades, e eu, pelo menos, sentirei daquela orientação segura que traçava como relator, mas, nas saudades, seremos compensados pela lembrança, pelas suas lições, pelo seu exemplo. Pedimos ao Senhor que o mantenha em seu regaço para que, junto a Ele, possa defender todos nós, de modo que possamos, quem sabe, reencontrá-lo. É nossa manifestação, que sei de todos, porque de todos foi um amigo leal e sincero. Era o que, lamentando pelo inevitável, podia dizer nesta hora.

O SR. WALACE DE OLIVEIRA BASTOS (SUBPROCURADOR): Sr. Presidente, Srs. Ministros, é com muito pesar que uso da palavra para manifestar essa homenagem póstuma ao Sr. Ministro Franciulli Netto. O pesar é realmente bem maior, porque, por algum tempo, convivi diretamente no trabalho, nesta Corte, junto à Segunda Turma, onde fui recebido pelo então Presidente o Sr. Ministro Franciulli Netto. O pesar também se manifesta ainda mais pela falta que certamente S. Exa. fará a todos, como bem destacou o Sr. Ministro Francisco Peçanha Martins. Realmente, a inteligência, a perspicácia, a harmonia e o equilíbrio demonstrados por S. Exa. hão de servir como roteiro para que V. Exas., que permanecem nesta Corte, continuem neste trabalho grandioso que iniciou ao lado de todos.

O SR. WALACE DE OLIVEIRA BASTOS (SUBPROCURADOR): Do ponto de vista do Ministério Público, as saudades, certamente, manifestar-se-ão a cada momento, as lembranças serão muitas e constantes, especialmente porque o Ministério Público sempre conviveu, com muita facilidade e satisfação, com S. Exa. o Sr. Ministro Franciulli Netto. O destaque, ainda, é pelo esforço desenvolvido por S. Exa., que, saindo da área de Direito Privado, manifestou-se com tanta sabedoria e equilíbrio na área de Direito Público. De modo que o Ministério Público só tem a lamentar neste momento, mas o faz com satisfação, pedindo a Deus que nos ilumine nesta Corte pelas lembranças deixadas por S. Exa. o Sr. Ministro Franciulli Netto.



O SR. FRANCISCO DE PAULA XAVIER NETO (ADVOGADO): Sr. Presidente, ilustres Ministros, eminente Subprocurador-Geral da República, colegas advogados, demais presentes, em nome dos advogados presentes e dos ausentes, com mandato tácito do nosso Presidente Nacional e meu conterrâneo, Roberto Antônio Busato, da Ordem dos Advogados do Brasil, não poderia, neste momento, deixar de registrar o lamento e o reconhecimento de toda a classe dos advogados, que sempre foi muito bem recebida, com lhanza e com fidalguia, por esse exemplo de juiz, de homem, de cidadão e de chefe de família tão bem retratado nas palavras profundas e sentidas do eminente Ministro Francisco Peçanha Martins. É uma grande perda, e as condolências ficam também dirigidas à família, a esta Seção e a V. Exas. que com ele conviveram nesses anos, perante esta colenda Corte. Fará S. Exa., seguramente, muita falta, mas será sempre um paradigma a ser seguido por todos nós. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO LUIZ FUX: Sr. Presidente, nosso decano falou por todos nós, o Ministério Público, o ilustre representante da advocacia, a respeito do Sr. Ministro Franciulli Netto palavras com as quais nos solidarizamos e ratificamos. Não teria sentido se, depois do nosso porta-voz, nosso decano, dissesse mais alguma coisa, a não ser para acrescentar que o Sr. Ministro Franciulli Netto é daquelas pessoas de quem não nos lembramos sempre, mas, antes, de quem nunca nos esquecemos. Fará uma falta muito grande só visualizar aquela cadeira à míngua de seus grandes votos. Mas a vida é, na realidade, um grande paradoxo, porque há momentos de emoção sofrida e há momentos de engrandecimento que, às vezes, até coincidem. Por isso é que se diz que Deus permite o padecimento para que, por contraste, possamos dar valor aos momentos também de intensa alegria. Paradoxalmente, a Seção também tem dois grandes momentos para se regozijar e, dentro desse clima, que não é o costumeiro, o ordinário, talvez fosse mais eloqüente não fosse esse momento tão infeliz para todos nós, gostaria de registrar nosso voto de lisonjeio por dois momentos significativos na vida de dois companheiros nossos, que aqui muito contribuem com o trabalho da Seção e de suas Turmas e a quem, até por um princípio de economia processual, farei homenagem conjunta. Em primeiro lugar, gostaria de destacar que a Sra. Ministra Eliana Calmon foi eleita e recebeu o prêmio da personalidade feminina de maior destaque no seguimento jurídico, na noite de ontem. É uma grande amiga e, sem prejuízo, tem um valor reconhecido, nacional e internacionalmente, de sorte que não poderia deixar de fazer esse registro, não obstante esse momento triste que vivemos.

O SR. MINISTRO LUIZ FUX: Em segundo lugar, Sr. Presidente, vivencio a atividade acadêmica há muito e sei o quanto é difícil conciliar o magistério e a Magistratura. Por vezes não se consegue escrever um artigo quando se vai participar de uma palestra ou de uma conferência. Conversava sobre esse assunto com a Sra. Ministra Eliana Calmon quando fomos participar, na semana passada, de um encontro em que tínhamos a oportunidade de expor oralmente sem reduzir a escrito o texto da conferência diante do volume de trabalho. Não obstante a sua constante colaboração na Turma e na Seção, o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki teve a oportunidade de lavrar um trabalho acadêmico de densidade, o que só se verifica em jovens que têm tempo disponível. Mas S. Exa., jovem ainda, se empenhou e obteve o título de Doutor na Universidade no último dia 21. Pela amizade que nos une e pela admiração, que é o grande substrato de todo relacionamento, também gostaria de registrar, em nome de toda a Seção, o nosso lisonjeio por essas conquistas de ambos os Colegas.

O SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA: Sr. Presidente, eminentes Pares, sempre disse que a minha gratidão a Deus é de uma forma imensurável na medida em que Deus me deu muito mais do que merecia e do que mereço. Suplantando os meus merecimentos, Deus colocou na minha vida um amigo como o Sr. Ministro Franciulli Netto, e, desde que cheguei ao Tribunal, fui colega de S. Exa. na Segunda Turma e ao seu lado sentava nesta Seção.

Um dos maiores filósofos por quem tributo minha admiração foi exatamente o francês que todos conhecemos por Paschoal. Paschoal, em sua imensa inteligência e grandeza de pensamento, certa feita, comparou o homem ao universo e indagava de que valia o homem perante o universo, um ser tão insignificante, tão pequeno diante de um universo tão grande e tão monstruoso, tão dono das leis da Física. Mas Paschoal, após muita



digressão, concluía o seu pensamento: "Ah, enquanto o universo é grande, enquanto o universo se rege pelas leis da Física, o homem na sua pequena expressão física, no seu pequeno tamanho, e o homem já considerado não como homem em si, mas como pessoa humana, detém uma coisa chamada inteligência." E era daquela pequena expressão física do Sr. Ministro Franciulli Netto, se comparada com o tamanho do universo, que avultava e que se destacava a inteligência de um grande homem. O Sr. Ministro Franciulli Netto era um juiz e para nós continuará sendo um juiz presente, inteligente, criativo, corajoso e, acima de tudo, um juiz que ostenta aquilo que todo magistrado deve ostentar: S. Exa. era um juiz independente. Poderia dizer a V. Exas. que, às vezes, me analiso em três dimensões e, nessa minha análise tridimensional, quando me vejo como homem, a morte do Sr. Ministro Franciulli Netto significou a perda do amigo; como jurisdicionado, a perda de um grande juiz; e, como juiz, sinto a perda de uma referência. O Sr. Ministro Franciulli Netto era exatamente para mim, neste Tribunal, uma referência de quem sempre me gabei de ser amigo, de quem sempre me gabei por destacar, em várias conversas com colegas, sobretudo com a Sra. Ministra Eliana Calmon, a sua qualidade inigualável de Magistrado isento, criativo, corajoso e justo. Era um amigo fraterno, fácil nas horas difíceis, aquele amigo eterno; como dizia o poeta e compositor mineiro, era daqueles amigos que guardamos do lado esquerdo do peito, do lado do coração.

O SR. MINISTRO CASTRO MEIRA: Sr. Presidente, não farei discurso, pois já foram feitos. Ratifico as palavras de ambos os Colegas. Apenas não posso deixar de me manifestar, neste momento, por uma razão muito particular, pessoal. É que com o Sr. Ministro Franciulli Netto tive um relacionamento especial. Tivemos, desde o primeiro momento, uma identificação que poucas vezes encontrei nos relacionamentos humanos. S. Exa. sempre foi um incentivador, primeiro, na minha luta para ser incluído na lista e, após a inclusão, ajudou-me junto ao Executivo, procurando sempre, naqueles contatos necessários, facilitar com seu relacionamento com diversas pessoas, especialmente no Estado de São Paulo. Para mim foi uma perda mais irreparável, diria, do que para a maioria dos Colegas por causa das especiais circunstâncias e desses laços especiais que nos uniram a partir do momento em que nos conhecemos, embora tão recentemente, o que ocorre acontece às vezes; é como se essas pessoas fossem nossos amigos desde a infância. Deixo registradas as minhas condolências especiais. Ontem estivemos presentes, nós, os componentes da Segunda Turma, Sr. Ministro Francisco Peçanha Martins, Sra. Ministra Eliana Calmon, Sr. Ministro João Otávio de Noronha e eu, no velório, e falamos pessoalmente com sua esposa, seus filhos e amigos. Mas quero associar-me às palavras que aqui foram trazidas. Quanto aos Colegas, Sra. Ministra Eliana Calmon e o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki, quero também associar-me às manifestações de nossa satisfação, nosso orgulho e prazer em ver que a comunidade está a reconhecer o seu valor, a sua importância dentro do cenário jurídico nacional. Cumprimento-os pelo galardão que conquistaram.

A SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: Sr. Presidente, agradeço aos Colegas a manifestação. Esse prêmio, que para mim é apenas simbólico, é da Justiça. A leitura que faço, no momento em que uma revista empresarial americana escolhe uma Magistrada para ser a referência, é a de que a Justiça passa a ser olhada com mais seriedade. Geralmente, a Justiça só é lembrada negativamente pelos órgãos de imprensa. Essa escolha foi importante para que a Justiça sirva de referência por meio do Superior Tribunal de Justiça, e não da Ministra Eliana Calmon. Eis a importância desse prêmio. Muito obrigada aos Colegas. Parabenizo o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. Esse é apenas um dos inúmeros parabéns ofertados a S. Exa. pela vida afora.

O SR. MINISTRO JOSÉ DELGADO: Sr. Presidente, gostaria de deixar registrada a minha dor, o meu pesar, ao avistar a cadeira vazia do Sr. Ministro Franciulli Netto. A cadeira está vazia apenas materialmente, porque as idéias de Franciulli, o amor à justiça, à dignidade, à simplicidade, o seu exemplo como pai, irmão, tio, avô, cunhado, amigo não de permanecer por todas as gerações. Ele dignificou não somente a vida de magistrado, mas também, e especialmente, este Tribunal. Que seu exemplo seja seguido por todos aqueles que fazem a Justiça, por todos os operadores do Direito. Os contrastes da vida, como bem assinalou o eminente Ministro Luiz Fux, fazem parte dos desígnios de



Deus, que nos propicia, com sua sabedoria, por um lado, tristezas e, por outro, alegrias. Essa alegria hoje está presente - faz parte desses mistérios inexplicáveis que nem a ciência sabe explicar - na premiação que a revista norte-americana ofereceu à Sra. Ministra Eliana Calmon, como reconhecimento do seu passado, da sua dignidade e de sua entrega à prestação jurisdicional, colocando o cidadão acima de tudo. Outro fato importante é a conquista do título de Doutor pelo reconhecido Ministro Teori Albino Zavascki, que, brilhantemente, obteve nota dez de uma banca examinadora presidida pelo Ministro Eros Grau, no Rio Grande do Sul, e composta por mais de quatro examinadores. Não é todo dia que se consegue lograr, em um título de doutoramento, nota dez dos examinadores. Isso demonstra a unanimidade sobre o Ministro Teori Albino Zavascki, que dignifica esta Corte, dignifica toda a geração da qual ele faz parte. Esse título incentiva todos nós, operadores do Direito, a termos, em relação à prestação jurisdicional, a seriedade, a integridade e o amor ao cidadão demonstrado pelo Magistrado. Peço que minhas palavras sejam registradas como manifestação desse contraste que hoje vivenciamos nesta Seção.

O SR. FRANCISCO DE PAULA XAVIER (ADVOGADO): Sr. Presidente, nesta sessão em que se pranteia a dor e se presta ao mesmo tempo homenagem a dois dos mais eminentes Ministros que integram esta Seção, parabênzo a Sra. Ministra Eliana Calmon e o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki em nome da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, e em meu nome, porque tenho a honra de conhecê-los há anos, desde a Escola Nacional da Magistratura. S. Exas. São exemplos, como exemplo foi o Sr. Ministro Franciulli Netto. Pedindo escusas por essa nova intervenção, quero associar-me, com a permissão do Sr. Ministro Luiz Fux, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil e pessoalmente, às homenagens que são prestadas à Sra. Ministra Eliana Calmon e ao Sr. Ministro Teori Albino Zavascki.

O SR. WALLACE DE OLIVEIRA BASTOS (SUBPROCURADOR): Sr. Presidente, o Ministério Público também se associa a todas as homenagens que são prestadas a pessoas tão ilustres e de reconhecido saber jurídico. À Sra. Ministra Eliana Calmon, a quem pessoalmente abraço com muita satisfação, depois de tê-la conhecido ainda quando era Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, onde S. Exa. foi participar de um congresso de Direito Tributário na qualidade de Desembargadora Federal, as homenagens do Ministério Público e as minhas pessoalmente. Ao Sr. Ministro Teori Albino Zavascki, que realmente já era brilhante antes do curso de doutorado e agora, com certeza, se qualifica ainda mais, acima das inteligências comuns e de todos nós, os parabéns do Ministério Público também.

O SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI: Sr. Presidente, eminentes Colegas, gostaria de agradecer as referências. Assim como a Sra. Ministra Eliana Calmon, agradeço a V. Exa., aos Colegas, ao Ministério Público e aos advogados, dizendo que, na verdade, hoje existe esse fato que está acima de tudo, que é a perda do Sr. Ministro Franciulli Netto. Penso que este, sim, é um evento que devemos registrar e lamentar, porque a presença do Sr. Ministro Franciulli Netto realmente fará falta. Oxalá tenhamos aqui a presença da sua inspiração para podermos continuar seguindo seu exemplo de seriedade, de dignidade e de retidão!

O SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO (PRESIDENTE): Srs. Ministros, a Presidência também se associa às palavras dos eminentes Colegas, dizendo que a Justiça brasileira perde um dos seus mais eminentes e honrados magistrados, o Sr. Ministro Franciulli Netto, e determina à Subsecretaria que faça a comunicação aos seus familiares. Quanto às homenagens que se prestam à eminente Ministra Eliana Calmon e ao eminente Ministro Teori Albino Zavascki, também me associo.

O SR. MINISTRO CASTRO MEIRA: Sr. Presidente, registro minha satisfação por ver ocupar a tribuna o eminente Advogado José Antônio de Almeida cuja vida profissional vi iniciar quando eu estive atuando em São Luís e ele, primeiramente como acadêmico de Direito, depois como recém-formado, começou ali sua vida profissional, seguindo os brilhantes exemplos de seus pais, ambos profissionais de Direito que honram a magistratura e o Ministério Público do Estado do Maranhão.



Encerrou-se a sessão às 18:10 horas, tendo sido julgados 156 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.
sessão.

Brasília, 23 de novembro de 2005.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da sessão

Zilda Carolina Vêras Ribeiro de Souza
Secretária

